

# EDITAL VERTICALIZADO

**TRF-4 - ANALISTA JUDICIÁRIO -  
ÁREA JUDICIÁRIA - ESPECIALIDADE: OFICIAL DE  
JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL**



**A CASA DO  
SIMULADO**

# CONCURSO DE TRF-4

**CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA –  
ESPECIALIDADE: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL**

## INFORMAÇÕES GERAIS

---

**DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME:** 04/08/2019 (TARDE).

**BANCA:** FCC.

**DURAÇÃO:** 4 horas e 30 minutos.

**FASES DO CONCURSO:**

1. Provas objetivas de caráter habilitatório e classificatório.
2. Prova de Estudo de Caso de caráter eliminatório e classificatório.

## PROVA OBJETIVA

---

**NÚMERO DE QUESTÕES:** 50 - Estilo de múltipla escolha.

- 20 questões de Conhecimentos Gerais (peso 1);
  - 16 questões de Português;
  - 04 questões de Raciocínio Lógico-Matemático;
- 30 questões de Conhecimentos Específicos (peso 2).

## PROVA DE ESTUDO DE CASO – PESO 2

---

*A Prova Estudo de Caso destinar-se-á a avaliar o domínio de conteúdo dos temas abordados, a experiência prévia do candidato e sua adequabilidade quanto às atribuições do cargo e especialidade.*

*A Prova Estudo de Caso constará de 02 (duas) questões práticas, para os quais o candidato deverá apresentar, por escrito, as soluções. Os temas versarão sobre conteúdo pertinente a Conhecimentos Específicos, conforme programa constante do Anexo II do Edital do TRF-4, adequados às atribuições do cargo/área/especialidade para o qual o candidato se inscreveu, observando-se o disposto abaixo:*

**ESTUDO DE CASO – QUESTÃO 1:** Direito Processual Civil.

**ESTUDO DE CASO – QUESTÃO 2:** Direito Processual Penal.

**PONTUAÇÃO:** Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, no conjunto das duas questões, média igual ou superior a 5 (cinco).

**LIMITE MÁXIMO DE LINHAS: 20 (vinte) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos ao Estudo de Caso.

Será atribuída nota **ZERO** à Prova Estudo de Caso nos seguintes casos:

- a) fugir ao tema proposto;
- b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado;
- c) for assinada fora do local apropriado;
- d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- e) estiver em branco;
- f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
- g) não atender aos requisitos definidos na grade de correção/máscara de critérios definidos pela Banca Examinadora.

**ATENÇÃO:** *Não será permitida nenhuma espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.*

# LÍNGUA PORTUGUESA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Interpretação de texto.					
2. Argumentação.					
3. Pressupostos e subentendidos.					
4. Níveis de linguagem.					
5. Ortografia e acentuação.					
6. Articulação do texto: coesão e coerência.					
7. Classes de palavras.					
8. Sintaxe.					
9. Termos da oração.					
10. Processos de coordenação e subordinação.					
11. Discurso direto e indireto.					
12. Tempos, modos e vozes verbais.					
13. Flexão nominal e verbal.					
14. Concordância nominal e verbal.					
15. Regência nominal e verbal.					
16. Ocorrência da Crase.					
17. Pontuação.					
18. Equivalência e transformação de estruturas.					
19. Redação.					

## RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.					
2. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.					
3. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.					

## DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Administração pública: princípios básicos.					
2. Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder.					
3. Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.					
4. Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista.					
5. Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005).					
6. Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.					
7. Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos.					
8. Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar.					
9. Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999).					
10. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo.					
11. Responsabilidade extracontratual do Estado.					
12. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).					
13. Lei nº 11.416/2006.					
14. Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores).					
15. Convênios administrativos.					
16. Pregão (Lei nº 10.520/2002).					
17. Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei Federal nº 12.462/2011).					
18. Intervenção do Estado na propriedade: modalidades.					

## DIREITO CONSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Princípios fundamentais.					
2. Ações Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança; mandado de injunção; ação popular; ação civil pública.					
3. Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade; arguição de descumprimento de preceito fundamental; súmula vinculante; repercussão geral.					
4. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos.					
5. Organização político-administrativa: disposições gerais; bens e competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; intervenção federal.					
6. Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos.					
7. Organização dos Poderes.					
8. Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República.					
9. Poder Legislativo: órgãos e atribuições; processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária.					
10. Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Conselho Nacional de Justiça; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; Tribunais e Juízes dos Estados; Tribunais e Juízes do Trabalho; Conselho Superior da Justiça do Trabalho.					
11. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; Advocacia Pública; Advocacia; Defensoria Pública.					
12. Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica.					
13. Finanças Públicas: normas gerais; dos orçamentos.					
14. Ordem social: disposição geral; da seguridade social.					

# DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Código de Processo Civil - Lei Federal nº 13.105/2015 e alterações e legislações especiais.					
2. Princípios gerais do processo civil.					
3. Fontes.					
4. Lei processual civil.					
5. Eficácia.					
6. Aplicação.					
7. Interpretação.					
8. Direito Processual Intertemporal.					
9. Critérios.					
10. Jurisdição.					
11. Conceito.					
12. Característica.					
13. Natureza jurídica.					
14. Princípios.					
15. Limites.					
16. Competência.					
17. Critérios determinadores.					
18. Competência originária dos Tribunais Superiores.					
19. Competência absoluta e relativa.					
20. Modificações.					
21. Meios de declaração de incompetência.					
22. Conflitos de competência e de atribuições.					
23. Direito de ação.					
24. Elementos.					
25. Condições.					
26. Classificação e critérios identificadores.					
27. Concurso e cumulação de ações.					

28. Conexão e continência.					
29. Processo: Noções gerais.					
30. Relação Jurídica Processual.					
31. Pressupostos Processuais.					
32. Processo e procedimento.					
33. Espécies de processos e de procedimentos.					
34. Objeto do processo.					
35. Mérito.					
36. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.					
37. Sujeitos Processuais.					
38. Juiz.					
39. Mediadores e Conciliadores.					
40. Princípios.					
41. Poderes.					
42. Deveres.					
43. Responsabilidades.					
44. Impedimentos e Suspeição.					
45. Organização judiciária federal e estadual.					
46. Sujeitos Processuais.					
47. Partes e Procuradores.					
48. Capacidade e Legitimação.					
49. Representação e Substituição Processual.					
50. Litisconsórcio.					
51. Da Intervenção de Terceiros.					
52. Da Assistência.					
53. Da Denúnciação da Lide.					
54. Do Chamamento ao Processo.					
55. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.					
56. Do Amicus Curiae.					
57. Advogado.					

58. Ministério Público.					
59. Auxiliares da Justiça.					
60. A Advocacia Pública.					
61. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo.					
62. Atos processuais.					
63. Forma.					
64. Tempo.					
65. Lugar.					
66. Prazos.					
67. Comunicações.					
68. Nulidades.					
69. Procedimento comum.					
70. Aspectos Gerais.					
71. Fases.					
72. Petição inicial.					
73. Requisitos.					
74. Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido.					
75. Resposta do réu.					
76. Prazos e preclusão.					
77. Prescrição.					
78. Revelia.					
79. Formação, suspensão e extinção do processo.					
80. Contestação.					
81. Reconvenção.					
82. Das Providências preliminares e do Saneamento.					
83. Julgamento conforme o estado do processo.					
84. Provas.					
85. Audiências.					
86. Conciliação e Mediação.					
87. Instrução e julgamento.					

88. Distribuição do ônus da prova.					
89. Fatos que independem de prova.					
90. Depoimento pessoal.					
91. Confissão.					
92. Prova documental.					
93. Exibição de documentos ou coisas.					
94. Prova testemunhal.					
95. Prova pericial.					
96. Inspeção judicial.					
97. Exame e valoração da prova.					
98. Produção Antecipada de Provas.					
99. Da Tutela Provisória: Tutelas de Urgência e de Evidência.					
100. Fungibilidade.					
101. Princípios Gerais.					
102. Protesto, notificação e interpelação.					
103. Arresto.					
104. Sequestro.					
105. Caução.					
106. Busca e Apreensão.					
107. Exibição.					
108. Justificação.					
109. Sentença.					
110. Conceito.					
111. Classificações.					
112. Requisitos.					
113. Efeitos.					
114. Publicação, intimação, correção e integração da sentença.					
115. Do cumprimento da Sentença.					
116. Coisa julgada.					
117. Conceito.					

118.	Espécies.				
119.	Limites.				
120.	Remessa Necessária.				
121.	Meios de impugnação à sentença.				
122.	Ação rescisória. Recursos.				
123.	Disposições Gerais.				
124.	Apelação.				
125.	Agravos.				
126.	Embargos de Declaração.				
127.	Embargos de Divergência.				
128.	Recurso Ordinário.				
129.	Recurso Especial.				
130.	Recurso Extraordinário.				
131.	Recursos nos Tribunais Superiores.				
132.	Reclamação e correição.				
133.	Repercussão geral.				
134.	Súmula vinculante.				
135.	Recursos repetitivos.				
136.	Liquidação de Sentença.				
137.	Espécies.				
138.	Procedimento.				
139.	Cumprimento da sentença.				
140.	Procedimento.				
141.	Impugnação.				
142.	Processo de Execução.				
143.	Princípios gerais.				
144.	Espécies.				
145.	Execução contra a Fazenda Pública.				
146.	Execução de obrigação de fazer e de não fazer.				
147.	Execução por quantia certa.				

148.	Embargos de Terceiros.				
149.	Exceção de pré- executividade.				
150.	Remição.				
151.	Suspensão e extinção do processo de execução.				
152.	Procedimentos Especiais.				
153.	Generalidades.				
154.	Características.				
155.	Espécies.				
156.	Ação de Consignação em Pagamento.				
157.	Ação Monitória.				
158.	Ação de Exigir Contas.				
159.	Ações Possessórias.				
160.	Restauração de autos.				
161.	Ação Popular.				
162.	Ação Civil Pública.				
163.	Aspectos processuais.				
164.	Mandado de Segurança.				
165.	Mandado de Injunção.				
166.	Mandado de Segurança Coletivo.				
167.	O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade.				
168.	Dos Juizados Especiais Federais: Lei nº 10.259/2001.				
169.	Dos Juizados Especiais Cíveis: Lei nº 9.099/1995.				
170.	Lei nº 11.419/2006 – Lei do Processo Judicial Eletrônico.				

## DIREITO PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Princípios de Direito Penal.					
2. Aplicação da lei penal.					
3. Crime.					
4. Imputabilidade penal.					
5. Concurso de pessoas.					
6. Penas: Espécies de pena.					
7. Regimes de pena.					
8. Substituições da pena.					
9. Ação penal.					
10. Extinção da punibilidade.					
11. Crimes contra o patrimônio: do furto, do roubo, da apropriação indébita, do estelionato e outras fraudes;					
12. Dos crimes contra a fé pública: da moeda falsa, da falsidade de títulos e outros papéis públicos, da falsidade documental;					
13. Dos crimes praticados por funcionário público e por particular contra a Administração em geral; dos crimes contra a Administração da justiça.					
14. Crimes contra a ordem tributária e econômica (Lei nº 8.137/1990).					
15. Crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998).					
16. Crimes de licitações (Lei nº 8.666/1993).					
17. Lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/1998).					
18. Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013).					

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Inquérito Policial: Natureza, Início e Dinâmica.					
2. Da competência: territorial, absoluta e relativa.					
3. Competência por prerrogativa de função.					
4. Exceções.					
5. Restituição das Coisas Apreendidas.					
6. Medidas Assecuratórias.					
7. Da prova.					
8. Da busca e apreensão.					
9. Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória.					
10. Das citações e intimações.					
11. Da sentença.					
12. Da instrução criminal.					
13. Das nulidades.					
14. Dos recursos em geral.					
15. Habeas Corpus.					
16. Da execução penal.					
17. Juizados Especiais Federais Criminais.					

## DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1. Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei no 13.146/2015).					
2. Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei no 10.098/2000).					
3. Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência (Lei no 10.048/2000).					